Reformismo, não-violência e a administração da derrota

A afirmação de Peter Gelderloos é brutal porque é verdadeira: nenhum sistema baseado na violência centralizada pode ser derrubado por movimentos que não se tornam ameaça real, já que o poder se sustenta pela capacidade material de coerção. Estados e corporações concentram o monopólio da violência — exército, polícia, bancos, burocracias, infraestrutura logística — e enquanto essa correlação não for alterada, continuarão decidindo os rumos da sociedade. A elite não é convencida; ela é substituída ou destruída. Quando indivíduos no interior do sistema "mudam de ideia", são descartados, neutralizados ou eliminados, sendo esse o funcionamento normal do capitalismo.

A ideologia da não-violência, longe de ser uma postura ética neutra, atua como mecanismo de autopreservação do Estado, ao interditar qualquer forma de enfrentamento que coloque em risco a infraestrutura do poder centralizado, convertendo a luta política em ritual inofensivo. Marchas autorizadas, votos, petições, discursos parlamentares e apelos à consciência substituem a organização material da força. O resultado não é a contenção da violência, mas sua monopolização absoluta pelo inimigo. A exigência de que os trabalhadores se mantenham desarmados — material e politicamente — enquanto o Estado se arma até os dentes é parte dessa submissão organizada. Em contextos de avanço fascista, essa lógica torna-se ainda mais letal. O fascismo não é derrotado por boas intenções nem por gestos simbólicos. Ele se alimenta exatamente da incapacidade dos oprimidos de se constituírem como ameaça real.

Assim, os partidos políticos de esquerda desempenham um papel central na administração da derrota. Longe de serem instrumentos de emancipação, funcionam como aparelhos de contenção da radicalidade operária. Imploram por espaço no parlamento burguês, negociam com forças abertamente reacionárias, adaptam seus programas à "governabilidade" e defendem o Estado mesmo quando afirmam criticá-lo. Não se trata de traição episódica, mas de função estrutural. A aproximação de figuras progressistas com setores ultrarreacionários — sob o pretexto do diálogo democrático — não é erro tático, mas consequência lógica da estratégia reformista. Ao reconhecer o Estado como horizonte incontornável, os partidos aceitam suas regras, seus limites e seus operadores. Nesse ponto, progressistas e fascistas convergem: ambos defendem a preservação da ordem capitalista, divergindo apenas sobre a forma de gestão da crise.

É por isso que a oposição entre “democracia” e “fascismo”, tal como apresentada pelo reformismo, é enganosa. O fascismo não surge contra a democracia liberal, mas a partir de suas entranhas, quando os mecanismos normais de mediação deixam de dar conta da crise. O reformismo, ao recusar a ruptura, garante a continuidade da dominação e prepara o terreno para soluções autoritárias. A gênese histórica dessa lógica está na social-democracia. Após a Comuna de Paris (1871), o medo da sublevação operária levou a burguesia europeia a aceitar concessões limitadas, inaugurando o Estado assistencial como forma de pacificação social. A social-democracia passou a operar como mediadora entre capital e trabalho, deslocando a luta do terreno da emancipação para o da integração subordinada.

Autores como Karl Kautsky formularam teoricamente essa adaptação. O nacionalismo tornou-se eixo central: a classe operária deveria defender a nação, a industrialização e a burguesia progressista contra inimigos internos e externos. O desenvolvimento das forças produtivas passou a ser condição prévia da emancipação, transferindo a direção política para partidos e dirigentes profissionais. A autogestão operária foi substituída pela representação burocrática. Na prática, essa estratégia consolidou a incapacidade histórica do proletariado de gerir seus próprios recursos e sua própria luta. A direção política foi sequestrada por aparelhos partidários que passaram a funcionar como Estados em miniatura — como diagnosticou com precisão Maurício Tragtenberg. Esses aparelhos não existem para destruir o poder, mas para conquistá-lo e administrá-lo. Seus dirigentes, isolados da vida cotidiana da classe, tornam-se conservadores, adaptáveis e profundamente corruptíveis pelos interesses dominantes.

O resultado histórico é devastador. A crítica radical ao capitalismo perdeu seu referente concreto. O socialismo sobrevive como palavra vazia, menção protocolar, algo que ninguém sabe definir nem acredita plenamente ser possível. As lutas cotidianas — embora legítimas e necessárias — permanecem fragmentadas, dissolvendo-se no varejo das derrotas ou das concessões assimiláveis. Não convergem, não ameaçam, não abalam a estrutura. É nesse vazio estratégico que o fascismo avança. Enquanto os trabalhadores são convocados à paciência, ao voto e à confiança institucional, o capital reorganiza sua violência. A alternativa é brutal e não admite eufemismos: ou a classe trabalhadora se organiza de forma autônoma, inclusive para a autodefesa, ou continuará sendo massacrada; pelo fascismo explícito e pelo progressismo cúmplice. A emancipação não virá da humanização do Estado, da moralização da política ou da repetição de rituais

eleitorais. Ela exige a destruição da infraestrutura material e cultural do poder centralizado. Exige romper com a ideologia da não-violência que protege o Estado e com o reformismo que protege o capital. Exige, sobretudo, que os trabalhadores deixem de ser administrados e passem a ser ameaça histórica real.

Arthur Moura